

SOCIOECONOMIA¹ SOLIDÁRIA UMA PERSPECTIVA EMANCIPADORA

Contextualização

No Brasil o termo economia solidária até meados dos anos noventa era difícil de ser encontrado em textos, documentos e até discursos. Hoje existem inúmeras organizações voltadas para este campo e também muitas formulações e estudos a respeito. Recentemente com a posse do novo Governo Federal, foi criada uma secretaria específica para este assunto, a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, no âmbito do Ministério do Trabalho.

Mas, por que justamente em meados da década de noventa o debate em torno da economia solidária se torna mais marcante?

Três fatores são imprescindíveis para responder esta pergunta:

O primeiro diz respeito ao ideário das organizações de esquerda, que ao longo do século XX, tinha como perspectiva de transformação social a tomada do Estado, sendo que todas as tentativas de transformação do capitalismo resultaram em experiências fracassadas sob vários aspectos, sendo a falta de liberdade e a democracia os que mais se destacam, foi assim com a Revolução Russa, depois a Revolução Chinesa e por último a Revolução Cubana. Com a queda do muro de Berlim e o desencantamento do que se convencionou chamar de “socialismo real”, tornou-se imperativo repensar estratégias de contestação ao capitalismo e de construção de uma nova economia e de conseqüentemente uma nova sociedade.

O segundo fator está ligado às transformações que o capitalismo passou desde os anos setenta e que, no Brasil, se fizera sentir com mais pesar a partir dos anos noventa; A adesão a novas tecnologias como microeletrônica e robótica resultaram no desemprego de enorme contingente de trabalhadores trazendo consigo a necessidade de criar soluções para a crescente desigualdade social.

O terceiro fator está ligado ao papel do Estado na organização da economia. A estagnação da economia brasileira, que nos anos oitenta se apresenta de maneira mais cruel, cresce, mas com taxas muito próximas do crescimento da população, fazendo com que os postos de trabalho criados sejam insuficientes para absorver toda a população. Com esta crise, diminuem também os recursos de que o Estado dispõe para investir. Isso faz com que se passe a pensar em alternativas que vão além dos moldes tradicionais existentes desde o pós-guerra, baseados na expansão do emprego industrial e no gasto público.

Uma conseqüência dessas mudanças foi à busca de novas utopias, capazes de, a um só tempo dar respostas imediatas a problemas concretos como o desemprego, e, ao mesmo tempo, servir como embriões de novas formas de organização da

¹ Termo usado no Ceará para economia solidária.

economia e da sociedade. Estavam assim dados os parâmetros para o surgimento da **Economia Solidária**.

Hoje existem inúmeras ações governamentais e não-governamentais consistentes. Os movimentos sociais avançaram muito na discussão política e na articulação nacional de produtores e cooperativas, como é o caso da Anteg (Associação Nacional de Empresas de Autogestão) e a Unisol (União Nacional De Empreendimentos da Economia solidária), a Agencia de Desenvolvimento Solidário -ADS-CUT (Agencia de Desenvolvimento Solidário) sendo que o FBES (Fórum Brasileiro de Economia Solidária) e a RCSES (Rede Cearense de Socio Economia Solidária), Tem tido uma atuação marcante na disseminação desse novo pensar sócio econômico.

Definição

Definir um conceito de economia solidária se torna uma tarefa difícil quando se olha à diversidade de organizações e de perspectivas que vem sendo elaboradas e realizadas, e fazer tal definição seria precipitado. Nesse sentido, deixa-se para reflexão três citações acerca do tema. A primeira citação é de Arilson Favareto em entrevista a revista FASE:

(...) “trata-se de um tipo de movimento social ou, em outros termos, de uma idéia-força, capaz de mobilizar diferentes sujeitos. Economia solidária, sócio economia solidária, economia social, economia popular: estes termos não são exatamente sinônimo, cada qual apresenta nuances e acentos diferenciados em relação aos demais, mas todos têm em comum o fato de estarem se referindo a formas de organizar a produção, a distribuição, a comercialização e o crédito por princípios solidários”.

A segunda citação é a resposta de Paul Singer, em entrevista concedida à revista FORUM.

“Então o senhor considera que a economia solidária tem um caráter revolucionário?”.

“Tem, porquê é uma economia completamente oposta à capitalista em todos os aspectos importantes. Une-se capital ao trabalho, que é o que o capitalismo separa. E isso dá ao trabalhador uma situação totalmente diferente. O assalariado é um trabalhador sem poder nem responsabilidade, por definição legal. Se a empresa vai mal, ele não sofre nada. Se vai bem, tampouco. Tem direito ao salário. NA ECONOMIA SOLIDÁRIA é ao revés, o trabalhador tem responsabilidade, não individual, mas coletiva. Ele é por todos os pontos de vista, um participante ativo, com poder e responsabilidade. Há uma emancipação, uma desalienação”.

Essa é a definição do ministério do trabalho e emprego no livro de orientações do Projeto de Promoção do Desenvolvimento Local e Economia Solidária:

“Para o MTE, a economia solidária significa o retomar consciente das práticas e organizações da solidariedade dos trabalhadores que, em conjunto com as formas tradicionais de organização dessa solidariedade, conferem maior atualidade e concretude às suas lutas emancipatórias. Por isso, o apoio e o fomento à economia solidária inserem-se no objetivo maior de desenvolvimento do Brasil de forma sustentável, o que só pode ser realizado a partir da organização do trabalho com base nos princípios da solidariedade e da democracia.”

Cooperativismo

Economia solidária é o mesmo que cooperativismo?

Existem algumas experiências de cooperativismo internacionais de renome, entre as quais cabe lembrar a Terceira Itália, os KIBUTIZ em Israel e o complexo de Mondragón na Espanha, que servem como base de fundamentação para as iniciativas de economia solidária no Brasil. Para o movimento de economia solidária do Ceará, o cooperativismo e o associativismo são fundamentais e amplia essa concepção, considerado-a uma nova forma de sociabilidade e organização do trabalho que deverá envolver (além da produção, a distribuição, a comercialização e o crédito) o protagonismo das comunidades, a cultura local, as relações de gênero os aspectos ambientais, o histórico da existência de vida social e a preservação da identidade coletiva.

As cooperativas podem atuar em todos os ramos das atividades humanas, sendo-lhes facultado adotar por objeto, isolada ou cumulativamente, qualquer gênero de trabalho, serviços ou operações. Isso abre um leque muito grande para deformações e no Brasil existem várias cooperativas de grande e pequeno porte que não funcionam com os princípios da solidariedade e cooperação, servindo apenas de maquiagem para a exploração de trabalhadores e irregularidades tributárias, atrapalhando o desenvolvimento solidário.

E o que é desenvolvimento solidário?

O desenvolvimento solidário é o da comunidade como todo, não de alguns dos seus membros. Constitui o fundamento de uma globalização humanizadora e socialmente justa.

É uma alternativa ao modelo atual, que produz riquezas gerando miséria, subordinando e explorando o trabalho e a natureza. Nessa perspectiva, a economia solidária se mostra como alternativa de promoção do desenvolvimento sustentável, onde a produção, distribuição e preservação dos recursos naturais e sociais sejam dimensões de um processo de emancipação, instituição de direitos

sociais, a partir de uma visão de alteridade, valorização e agregação das diferentes etnias, relações de gênero, criando uma nova cultura de solidariedade.

No desenvolvimento solidário a **autogestão** é praticada enquanto atitude crítica frente ao modelo hegemônico, orientando valores como respeito, solidariedade, democracia e democratização de direitos, onde haja a socialização de artes e de saberes gestados pela população excluída do mundo capitalista globalizado.

A autogestão se baseia na decisão coletiva dos sujeitos envolvidos. Seja uma cooperativa, associação, banco popular ou grupo produtivo, onde a hierarquia e a competição se diluem no exercício do poder de forma democrática e ética de todos, independente de classe, escolaridade, gênero, etnia e opção sexual. Com a autogestão todos são responsáveis pelo sucesso ou fracasso, pois as informações são socializadas, os saberes são respeitados e a decisão é coletiva.

A Economia solidária na construção da superação da divisão sexual do trabalho

“A economia solidária deve assumir a agenda feminista de romper com a separação entre produção e reprodução, com a divisão sexual do trabalho e ampliar a noção de trabalho”²

Divisão sexual do trabalho? O que é isso?

As relações de gênero são sustentadas e estruturadas por uma rígida divisão sexual do trabalho. O papel masculino é idealizado, sendo o homem responsabilizado pela subsistência econômica da família e a isso corresponde designar o trabalho do homem na produção. A atribuição do trabalho doméstico designa as mulheres para o trabalho na reprodução: ter filhos criá-los, cuidar da sobrevivência de todos no dia-a-dia.

O que se observa é que essa divisão entre trabalho reprodutivo e produtivo não é tão real assim. Há homens trabalhando no campo da reprodução e há muitas mulheres na produção. Pode-se dizer que a divisão sexual do trabalho perpassa o conjunto das atividades realizadas por homens e mulheres. É comum dizer que tal serviço é trabalho “de homem” ou que tal tarefa é tarefa “de mulher”.

No caso das mulheres, a tentativa é sempre de considerar o trabalho realizado fora da casa com uma extensão do seu papel de mãe. As mulheres se concentram em atividades consideradas tipicamente femininas como serviço doméstico, professoras, enfermeiras, assistentes sociais.

² Mirian Nobre Diálogos entre economia solidária e economia feminista.

Na indústria, as mulheres são embaladoras, montadoras e costureiras, funções que exigem habilidade manual, coordenação motora fina, paciência. As habilidades para exercer essas profissões foram sendo desenvolvidas no processo de educação das meninas: brincando de casinha e bonecas, cuidando dos irmãos, bordando, ajudando a mãe no trabalho doméstico. As pessoas “esquecem” que as meninas precisam treinar para aprender tudo isso e agem como se toda mulher já nascesse com essas “aptidões”, como se fosse uma dádiva da natureza. E se é dádiva da natureza, não precisa ser reconhecida, nem devidamente remunerada. Porém, se homens fossem ser treinados para realizar essas tarefas, seria necessário um grande investimento.

Compreendemos a Economia solidária como uma forma de organizar não só a economia, mas, a vida e o mercado nas dimensões de produção e reprodução. A economia solidária acontece através da construção de relações de cooperação entre as pessoas e a natureza, a partir dos vínculos solidários e da organização de redes de Cooperação Solidária. O trabalho é organizado pela autogestão, todos são donos. Ninguém perde, todos ganham, unidos e fortalecidos, mulheres e homens.

Os princípios e forma organizativa da economia solidária facilitam a participação e construção da autonomia das mulheres, cria possibilidade de valorização do trabalho das mulheres e também pela lógica de cooperação e solidariedade pressupõem a divisão das tarefas domésticas e de cuidado. Mas isso por si só não é gerado, é preciso um esforço de mudança de práticas e cultura cotidiana.

Outra questão é que somente valorizar e dá visibilidade do trabalho das mulheres na economia solidária não rompe com a divisão sexual do trabalho, é preciso no âmbito das políticas públicas possibilitar o desenvolvimento de habilidades ditas de homens e negadas a mulheres, tais como serviços na área da tecnologia e indústria e serviços.

É necessário considerar as seguintes questões:

- Como os princípios da economia solidária estão sendo vivenciados nas relações entre homens e mulheres?
- Onde estão as mulheres na economia solidária?
- As mulheres estão participando coletivamente com os homens na construção do empreendimento?

- Como as mulheres participam das instâncias deliberativas? (conselhos, assembléia, diretoria)?

Hoje na economia solidária a presença forte das mulheres no artesanato, confecção e alimentação, sem uma boa estratégia de qualificação dos produtos, distribuição e comercialização, (a vivencia em grupos fortalece vínculos e auto-estima, mas, deixa a desejar nos resultados na renda pra vida das mulheres), esse fato acaba deixando brechas para a reprodução da desvalorização do trabalho das mulheres também na economia solidária.

O trabalho é um espaço formativo e de construção dessa igualdade. Então em um empreendimento solidário as mulheres têm que estar em todas as instâncias. Cada instância contribui de forma diferenciada na formação e é fundamental para o fortalecimento das mulheres vivenciarem estas experiências e ir assim resistindo e reduzindo as desigualdades até que elas não mais existam.

O processo de desconstrução e reconstrução devem ser simultâneos, exige uma ação pedagógica que gere uma práxis, isso que dizer que processos de “conservação” nas relações de gênero dentro dos empreendimentos mistos já constituídos e nos empreendimentos que estão em vias criação, os processos organizativos devem ser com vivencias da concepção de trabalho libertador, onde o centro de sua existência de ser seja o ser humano vivendo com qualidade de vida de forma integral, e não pautada na criação de necessidade a partir da sociedade de consumo, que escraviza a vida de mulheres e homens.

Garantir uma participação efetiva das mulheres em todas as instâncias em um empreendimento de autogestão ou unidade produtiva de qualquer ramo é tarefa de todos e todas que constrói coletivamente e não só das mulheres.

É preciso incorporar novas formas e criar medidas que ampliem a perspectiva de participação das mulheres nos empreendimentos de economia solidária, fomentar empreendimentos econômicos organizados só por mulheres é uma forma efetiva de investir na superação das desigualdades de gênero.

Outro elemento que devemos ter atenção é o marco jurídico da economia solidária que muito precisa avançar, pois as trabalhadoras da economia solidária não podem ficar sujeitas a condições de não ter direitos garantidos, como hoje estão na economia informal, frutos da precarização do trabalho, ou seja, a luta por um marco jurídico que dê condições dignas de trabalho deve ser um dos elementos mais fundantes na construção da economia solidária.

Se hoje no mundo do trabalho capitalista as mulheres estão em situação desigual, no “mundo do trabalho da economia solidária” só teremos um trabalho libertador se essas desigualdades forem superadas. Em suma a luta das mulheres por um outro mundo passa por varias questões: fim de todo tipo de violência, luta contra a

mercantilização do corpo, ampliação da participação nos espaços de poder político, divisão igualitária das tarefas domésticas e cuidado com a família. Mas afirmo que todas essas questões precisam ser pensadas a partir da opressão e dependência financeira em que vivem as mulheres, e que o enfrentamento dessas várias formas de opressão, inclusive os vários tipos de violência, passa pela sua condição de trabalho e autonomia econômica.

Cleudes Pessoa
26.11.2007

Para saber mais:

- ✓ Manfredo de Oliveira – As transformações no mundo do trabalho/ cartilha do Sindicato dos Bancários do Estado do Ceará . (janeiro de 2005)
- ✓ Paul Singer e Arilson Favareto – Economia Solidária e Cooperativismo Autogestionário/ apostila do plano nacional de qualificação social e profissional. (agosto de 2004)
- ✓ Revista FASE/ Edição novembro de 2004
- ✓ Revista FORUM/ Edição Agosto de 2004
- ✓ Mirian Nobre/ Diálogos entre economia solidária e economia feminista
- ✓ Diretrizes conceituais e estratégia. Brasília: PPDLES - MTE, 2006